

## ***Descontinuidades na história da produção do conhecimento em Psicologia Social brasileira***

### ***Discontinuities in the history of knowledge production in Brazilian Social Psychology***

**Neuza Guareschi\*; Carolina dos Reis\*; Marcos Adegas de Azambuja\*\*;  
Simone Maria Hüning\*\*\***

**\*Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;  
\*\*Centro Universitário Franciscano; \*\*\*Universidade Federal do Alagoas, nmguares@gmail.com**

#### **Historia editorial**

Recibido: 04/09/2012  
Aceptado: 10/10/2013

#### **Palabras clave**

Psicologia Social  
Produção de  
Conhecimento  
Formações Discursivas

#### **Resumen**

Este artigo problematiza a história da produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil. Tomamos como material de análise os resumos dos Grupos de Trabalho dos Simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, desde sua criação em 1988 até 2010, disponíveis no site oficial da Associação, e analisamos os enunciados que compõem o campo discursivo da Psicologia Social no Brasil. Essas formações discursivas são, principalmente, os movimentos sociais, a política e a economia. Com a discussão desses três vetores de análise, podemos visibilizar algumas práticas dos campos de saberes que se sustentaram e se legitimaram sobre o objeto da Psicologia Social.

#### **Abstract**

#### **Keywords**

Social Psychology  
Production of Knowledge  
Discursive Formations

*This article aims to problematize the history of knowledge production in the field of Social Psychology in Brazil. The data for analysis were the summaries of the Working Groups of Symposia of the Brazilian National Association of Research and Post-Graduation in Psychology since its beginning in 1988 until 2010, available on the official website of this association. In our analysis, we selected the statements that compose the discursive field of Social Psychology in Brazil. These discursive formations are mainly the social movements, politics and economy. By discussing these three points, we can visualize some practices of knowledge fields concerning the object of study of Social Psychology that have been sustained and legitimized.*

## **Introdução**

A discussão que apresentamos neste artigo tem como base uma pesquisa cujo objetivo foi problematizar a produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil. Essa pesquisa parte de documentos produzidos pelos Grupos de Trabalho (GTs) vinculados ao campo da Psicologia Social nos Simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), entre os anos de 1988 e 2010. Esses materiais, que se constituem em registros das produções acadêmicas em Psicologia vinculadas aos Programas de Pós-Graduação no Brasil, trazem questões que poderiam também ser observadas ao acompanharmos os eventos de Psicologia Social. Se fizéssemos um levantamento de eventos promovidos pela Psicologia Social, constataríamos que mais da metade tem títulos como: “Desafios e Perspectivas da Psicologia Social” ou “Desafios, Impasses e Perspectivas da Psicologia Social”. A partir disso, a questão que se coloca é: “o que é isso que nós estamos sempre desafiando?” ou “por que seguimos estudando as perspectivas da Psicologia Social?”.

Guareschi, Neuza; dos Reis, Carolina; Azambuja, Marcos Adegas de e Hüning, Simone Maria (2013). Descontinuidades na história da produção do conhecimento em Psicologia Social brasileira. *Athenea Digital*, 13(3), 149-157. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v13n3.1097>

Para falar sobre isso, temos que discorrer sobre alguns aspectos da história da Psicologia Social ou, em outras palavras, sobre um modo específico de fazer a história da Psicologia Social. Assim, a história – já bastante estudada e analisada por importantes autores brasileiros, que fizeram com que nos deslocássemos nesse campo de conhecimento, mas atualmente um tanto naturalizada – necessitaria ser pensada de uma forma diferente. Ao dizermos que essa história está naturalizada, referimo-nos à forma como vem sempre sendo narrada, a partir de divisão de paradigmas na produção do conhecimento. Esses paradigmas são geralmente apresentados de maneira linear e cronológica, em uma perspectiva evolucionista, que parte do paradigma positivista norte-americano até chegar à abordagem pós-estruturalista, como se esta última fosse mais avançada epistemologicamente.

Para refletir sobre a história da Psicologia Social de outra forma, entendemos que é necessário colocar em questão também o porquê das contínuas tentativas de explicar os desafios e impasses ocorridos nesse campo de saber, sem nunca se conseguir dar conta dessa tarefa. Talvez seja isso que permaneça como um desafio, porque a Psicologia Social continua em constante transformação. Então, como podemos falar desses movimentos sem incorrer em naturalizações?

Frente a essa tarefa, para discutir a história da produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil, partimos de uma recusa da perspectiva histórica por meio da qual tradicionalmente é narrada a construção desse campo de saber que se configurou como Psicologia Social e buscamos o desenvolvimento de uma análise de inspiração arqueogenealógica, como desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault (1979/2007). Isso significa abandonar a intenção de recuar no tempo para restabelecer uma continuidade que resultaria naquilo que se configura no presente e assumir a pretensão de demarcar os acidentes, inversões e desvios que evidenciam não a unidade de uma história de um campo de saber, mas as suas fragmentações e heterogeneidades. A arqueogenealogia analisa, por um lado, as condições históricas de possibilidade de um saber e, por outro, o saber em termos de estratégias e táticas de poder. Assim, o saber não é compreendido como prática discursiva, mas inclui a relação das práticas não-discursivas, ou seja, não dissocia saber e poder (Foucault, 1969/2009).

A partir desse olhar, tomamos como objeto de análise os resumos dos Grupos de Trabalho dos Simpósios da ANPEPP, desde sua criação, em 1988, até 2010, disponíveis no *site* oficial dessa Associação (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 2012). A ANPEPP é uma entidade que congrega os programas de pós-graduação em Psicologia, em nível de mestrado e doutorado, legalmente reconhecidos pelo governo brasileiro. A principal característica da ANPEPP são os Grupos de Trabalho, cuja principal função é política, pois os GTs são formados por pesquisadores e professores da área de Psicologia e afins, que discutem, planejam e definem em conjunto os temas de interesse comum a serem abordados pelas pesquisas e produções científicas da Psicologia que circulam no país. Atualmente, a ANPEPP possui 61 GTs discutindo diferentes temáticas concernentes à Psicologia e envolve 64 programas de pós-graduação, entre doutorados e mestrados vinculados à instituição.

Em nossa análise, após a leitura de todos os resumos de cada simpósio, selecionamos os resumos dos GTs em que circulam enunciados que compõem, especificamente, o campo discursivo da Psicologia Social no Brasil. A inclusão e a delimitação dos enunciados no campo da Psicologia Social foram sustentadas pela própria descrição dos GTs, dada tanto pelas perspectivas teóricas e metodológicas, quanto pelos objetos de conhecimento aí especificados como concernentes à Psicologia Social. A partir da identificação dos enunciados, iniciamos uma análise de sua constituição, considerando o que estava descrito como interesses, objetos e objetivos. Pelas narrativas que os próprios GTs produzem sobre seus processos históricos nesses resumos, foram delineadas formações discursivas ou, como

nomearemos aqui, vetores que orientaram e impulsionaram o conhecimento em Psicologia Social no país. Essas formações discursivas, ou vetores, são, principalmente, os *movimentos sociais*, a *política* e a *economia*. Embora os três vetores estejam integrados, os GTs, dependendo das temáticas estudadas, tomam como foco de pesquisa um deles. Alguns GTs voltam-se, por exemplo, para a discussão de questões econômicas, como a produção de desigualdades pelas condições materiais de vida; outros vão se centrar na organização e fortalecimento de movimentos sociais para a transformação da sociedade; outros, ainda, focam a própria produção do conhecimento em Psicologia como compromisso político.

## **Produção do Conhecimento e Psicologia Social**

---

O objetivo de problematizar a história da produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil, como referimos anteriormente, não é o de fazer uma crítica a esse campo no sentido de mostrar os limites e avanços teóricos e metodológicos das diversas abordagens, mas sim reescrever seu caráter produtivo – entendendo que, quando falamos *produtivo*, estamos nos referindo a um saber que produz os objetos dos quais fala. Para pensarmos a história da produção de conhecimento da Psicologia Social, gostaríamos de começar pela contribuição de Rosane Neves da Silva, em sua genealogia da Psicologia Social (Silva, 2005). Nesse trabalho, a partir de ferramentas de análise foucaultianas, a autora procura desnaturalizar o social, situando as condições de possibilidade para a invenção da Psicologia Social. Sua tese é a de que, em vez de a Psicologia explicar o social, é o próprio social que deve explicar o surgimento da Psicologia moderna. Seria necessário compreender que a Psicologia somente pode tornar-se Psicologia Social, ou seja, uma disciplina científica, que se diferencia de outras áreas da Psicologia para intervir no social, quando o próprio social se torna problemático na história da sociedade ocidental e, assim, passível de intervenções psicológicas.

O que seria, entretanto, esse social que se torna problemático? Seria o registro histórico pelo qual o social passa a ser investido por meio da criação de equipamentos e instrumentos institucionais que procuram dar conta das disfunções sociais. Já que as relações informais não são mais capazes de resolver essas perturbações, constitui-se um corpo de profissionais especializados para isso.

Podemos acompanhar, na história da sociedade ocidental moderna, o surgimento de um campo de assistência social, que se estende na criação de asilos, hospitais e orfanatos. É uma interferência nos inválidos, ou seja, naqueles incapacitados de trabalhar e gerar economia. Entretanto, não é apenas isso, mas também, no florescer da nossa sociedade industrial, o momento em que o social passa a ser objetivado, sendo tomado como objeto de conhecimento, quer dizer, estuda-se o social a fim de compreender problemas que, dentro das esferas da política e da economia, não podiam ser sanados (Silva, 2005). Assim, para Rosane Neves da Silva (2005), além de uma configuração socioassistencial, surge uma segunda configuração da objetivação do social, que emerge de uma falha na organização da sociedade capitalista, produzida pelo distanciamento entre uma ordem política e igual a todos e uma ordem econômica, que acarreta o aumento da miséria. Lembremos o caso das multidões na Europa no século XIX. Foi pelo viés do fenômeno das multidões que a Psicologia moderna efetuou uma de suas primeiras aproximações na direção do social. As questões de como dar conta da diversidade da multidão começam a ser entendidas também por fatores irracionais, e não somente pela razão, o que inclui um aspecto diferenciado no âmbito das análises políticas sobre a sociedade.

Ao situarmos, neste estudo, a Psicologia Social como objeto, o fazemos porque não gostaríamos de pensar esse campo por palavras como *ciência*, *teoria* ou *ideologia*. A análise arqueogenealógica entende a Psicologia Social como uma unidade de discurso, mas não é o entendimento de uma unidade no sentido daquilo que carrega uma coerência, uma continuidade racional e evolutiva no percurso da

história de produção de conhecimento. Essa harmonia no tempo só existe por conta de um tipo de história que procura as origens do discurso por análises de semelhanças, analogias e repetições, como se realmente houvesse ordem e progresso na história dos saberes. Se considerarmos que o objeto Psicologia Social se sustenta enquanto ciência, então, deveremos aceitá-lo como uma unidade de discurso com certa estabilidade; no entanto, é justamente isso o que queremos problematizar. A noção de unidade discursiva pretende visibilizar que essa suposta constância se sustenta por um jogo de forças entre saberes, um jogo de forças discursivo. A estratégia arqueogenológica procura descrever em que condições e a partir de que procedimentos certos diálogos são legitimados como pertencentes ao objeto Psicologia Social, enquanto outros não podem mais ser admitidos como tal (Foucault, 1979/2007), forjando, a partir de um jogo de forças, a unidade discursiva de um campo como esse.

Assim, a Psicologia Social é o resultado de uma construção de regras e justificativas que devem ser conhecidas, reconhecidas e examinadas. Utilizamos, então, a ideia de objeto Psicologia Social porque nele há esse jogo constante de formação discursiva, de grupos de enunciados que definem uma individualidade, uma regularidade, e que em certos momentos se desfazem para tomar outras individualizações e regulações. Nesse sentido, a unidade do discurso baseia-se muito mais na variedade dos enunciados que emergem e estão em constante transformação do que na permanência e singularidade de um objeto, ou temas ou assuntos, que começam a ser falados e passam a ser vistos como problemas e assim se tornam, por exemplo, objetos de conhecimento. Além disso, vemos que na própria Psicologia Social brasileira há diversas formas de produção de conhecimento, não somente no que diz respeito às teorias e metodologias, mas no que se refere às próprias temáticas, que vão se tornando, ou deixando de ser, objetos de estudo desse campo.

## **O Movimento Social, a Política e a Economia**

---

O contexto histórico para o nascimento da ANPEPP, que foi logo depois do nascimento da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), é o do regime militar e, conseqüentemente, de efervescência dos movimentos sociais em decorrência da crise econômica e política daquele momento no país. A Psicologia Social brasileira, a partir desse período, começa a ganhar formas que a diferenciam da Psicologia americana e europeia. Conhecendo a história do Brasil e, particularmente, da ditadura militar, podemos compreender, da mesma forma como apontava Rosane Neves da Silva (2005), a emergência do social como problema na cisão entre o político e o econômico. A Psicologia Social segue investindo em suas investigações sobre as multidões, mas de um modo completamente diferenciado. O social, nessa época, torna-se problemático a partir dos movimentos sociais.

Ao analisarmos os materiais dos GTs, identificamos dois grupos que se mantêm, desde o início da ANPEPP, com enfoque social. São eles: *Análise Psicossocial dos Movimentos Sociais, uma Perspectiva Marxista*, que, em 1989, ano seguinte ao de sua criação, muda seu nome para *Psicologia dos Movimentos Sociais*; e o grupo *Linguagem e Ideologia: o Poder da Palavra*, que, também em 1989, altera seu nome para *Representações Sociais*. É interessante observar as nuances nas nomenclaturas dos grupos, que se alteram durante os anos, mas neste momento vamos nos ater a um panorama mais geral, qual seja, a importância dos operadores Movimentos Sociais, Política e Economia para a produção do conhecimento da Psicologia Social brasileira.

Começamos com a *Psicologia dos Movimentos Sociais*. O próprio GT explica que essa denominação refletiu a conjuntura política da época, marcada fortemente pelos movimentos populares que se impuseram como objeto de estudo da Psicologia Social. Essa Psicologia dos Movimentos Sociais pode ser pensada a partir dos grupos que lutavam, e ainda lutam, por liberdade e emancipação da realidade

brasileira, destacando a história que se inicia desde o governo ditatorial até os quadros de miséria e pobreza de uma sociedade neoliberal. No entanto, gostaríamos de pensar de outra maneira: para os Movimentos Sociais, podemos trazer também a ideia de que o objeto de análise da Psicologia Social, o social, está em movimento.

Isso parece um tanto óbvio; entretanto, se pensarmos na forma como algumas vertentes da Psicologia Social norte-americana tomam o objeto social, veremos que ele é muito mais estável e passível de intervenção, intervenção essa de qualidade laboratorial. Essas vertentes tendem a apresentar intervenções de caráter mais individual, nas quais o objeto social é entendido como um indivíduo com personalidade e funcionamentos psicológicos, típicos e provenientes das teorias psicológicas da personalidade. Por essa lógica, a intervenção nos indivíduos reflete-se no objeto, o social. O social é manipulado, mensurado, categorizado a partir dos indivíduos, e deveria sê-lo, para que se chegasse a certa regularização ou normalização que estaria a serviço do bem comum da sociedade. A lógica saúde e doença, normal e anormal prevalecem. Ao fazermos essa análise, não queremos dizer que o social dessas vertentes da Psicologia Social norte-americana não tem movimento, mas que o movimento do social está ligado à lógica da norma, do padrão. Se há movimentos no social, são movimentos esquadrihados em níveis de desvios ou de padrões, ao passo que as intervenções se propõem a buscar a correção ou cura desses desvios. Dessa forma, o movimento se dá em relação a uma unidade de referência estabelecida como normal; frente à um afastamento da norma, impõe-se uma intervenção que busca a recuperação ou reaproximação daquela.

Como veremos a seguir, diferentemente dessas vertentes da Psicologia Social norte-americana, a Psicologia Social dos Movimentos Sociais brasileira, de maneira geral, toma o social como uma categoria que possui certa autonomia em relação à própria sociedade. Também chama a atenção o fato de que foram os movimentos sociais que se impuseram como objeto da Psicologia Social. Quer dizer, frente à ruptura com essas teorias e métodos norte-americanos, os movimentos sociais emergem para a produção do conhecimento na Psicologia Social brasileira como uma ferramenta para a construção de outras perspectivas teóricas e metodológicas, o que possibilita a discussão das questões políticas e econômicas da sociedade.

Embora possamos dizer que certos movimentos sociais se conformam à ordem ou à organização estabelecida, essa Psicologia Social dos Movimentos Sociais começa a propor algo diferente, ao invés de trabalhar no diagnóstico e tratamento desses movimentos em prol de uma normalização da sociedade, como algumas vertentes da Psicologia Social norte-americana fariam. O desvio é também um objeto de estudo dessa Psicologia, já que alguns movimentos sociais se constituem de grupos decorrentes da crise político-econômica brasileira, porém esses desviantes são objeto de estudo não mais para delinear os limites da norma, mas para questioná-la. O desviante, o anormal, o pobre, o miserável, o louco, são analisados como produtores de uma realidade que não condiz com a norma e, de certa forma, eles são fruto dessa imposição normativa, que vem da sociedade e de seus equipamentos institucionais. Como dissemos, nem todos os movimentos sociais questionam as normas; alguns, inclusive, reivindicam a inclusão de determinados grupos nas lógicas normativas vigentes. Contudo, o que queremos destacar é esse movimento feito pela Psicologia Social dos Movimentos Sociais que busca emancipar o desviante para que ele mereça ser reconhecido em sua condição ontológica, o ser pobre, o ser marginal, o ser louco. Para que sejam aceitas não mais como um problema social, essas identidades, com perfis nomeados como desviantes, precisam ser atravessadas pelo discurso da cidadania – os desviantes também são cidadãos, os desviantes também são gente. Sendo assim, a operação que a Psicologia Social dos Movimentos Sociais oportuniza para a produção do conhecimento

é a de utilizar os perfis ou identidades criadas pela Psicologia ou outras disciplinas das ciências humanas para buscar emancipá-los das amarras da norma, rearranjando-os na noção de política.

Diferentemente da análise de Rosane Neves da Silva (2005), não é o fator psicológico, o irracional, que entra na esfera política, como havia escrito Gustave Le Bon (1985/2008) no século XIX – é um fator político que entra agora na esfera psicológica. Podemos arriscar dizer que os movimentos sociais, enquanto objeto de análise, só se fazem possíveis com essas noções. Por isso, não gostaríamos de dizer que a Psicologia Social brasileira é melhor que outras Psicologias Sociais; o que queremos é entender o caráter produtivo dessa Psicologia, ou seja, a entrada do político no campo psicológico como constituinte do processo de formação. Além disso, os movimentos sociais se fortalecem quando se produzem diferentes categorias ou concepções de identidade. Por exemplo, dentre os grupos da ANPEPP, existem alguns que tomam como objeto de estudo o *gay*, o negro, o adotado, a mulher, a criança de rua, etc. Enquanto que, em determinadas Psicologias, se produzem identidades a fim de se esquadriharem padrões de normalidade e doença para, nessas categorias, se trabalhar com a ideia de cura, a Psicologia Social dos Movimentos Sociais abre a possibilidade de se trabalhar com a emancipação do doente para a saúde, ou do marginal para o exercício da cidadania, ou dos excluídos para os incluídos.

## **Algumas formações discursivas nesse campo de saber**

---

Ao acompanharmos a articulação entre os três vetores apresentados, quais sejam, os movimentos sociais, a política e a economia, percebemos como os processos históricos que delineiam as formações discursivas, longe de seguirem uma unidade de desenvolvimento contínuo e progressivo, se produzem na Psicologia Social por rupturas e descontinuidades. Retomamos, portanto, a questão inicialmente colocada, sobre como falar da Psicologia Social (de seus desafios e impasses) de forma não-naturalizada. Entendemos que isso é possível, na medida em que, para a análise das insistentes perguntas "o que é isso que nós estamos sempre desafiando?" ou "por que seguimos estudando as perspectivas da Psicologia Social?", se trazem os movimentos no próprio campo de saber, colocando em xeque sua estabilidade e investindo na potencialidade e inevitabilidade de sua transformação. A Psicologia Social passa a ser compreendida como objeto que se constitui junto com suas análises e discursos. Não há uma natureza ou uma essência que permeia o desenvolvimento da Psicologia Social e suas diferentes versões.

Assim, a partir da perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault (1979/2007), entendemos que o conhecimento se constitui nas relações intrínsecas entre saber e poder, inscrevendo-se sobre os corpos dos indivíduos e incidindo sobre as coletividades. Pensar a Psicologia Social como objeto é situá-la no campo político, em meio a processos e disputas que forjam a vida, os corpos, os modos de governo e a ética. Apresentamos a seguir uma breve análise das tecnologias de poder e saber que tomam a forma de diferentes versões da Psicologia Social e que, com legitimidade científica, criticam instituições e teorias, transformam a história e a sociedade e emancipam sujeitos.

Após a discussão dos três vetores apontados até aqui como aqueles que sustentaram e legitimaram o objeto da Psicologia Social no início da ANPEPP, percebe-se que, ao longo dos simpósios realizados por essa entidade, vão emergindo outros grupos de trabalho, que se caracterizam como pertencentes ao campo da Psicologia Social e que direcionam as preocupações desse campo de saber para outros temas como objetos de estudo. Entretanto, esses outros temas de interesse dos GTs surgem atrelados a três grandes temáticas que, como analisado, colocam a Psicologia Social em movimento. Essas temáticas são: as identidades e tecnologias, pelas quais se distribui e se conflita uma gama de

tecnologias de poder e saber sobre a categoria psicológica dos indivíduos, destacando-se as intervenções nas relações de gênero, raça e sexualidades; as noções de risco-vulnerabilidade, que englobam as práticas em políticas públicas, cidadania e direitos humanos; os processos de urbanização da sociedade, nos quais se encontram as práticas que não somente envolvem a organização do espaço urbano, mas também os modos de vida e os enunciados de globalização, industrialização, consumo e nomadismo.

Na discussão que se delinea sobre o campo de produção de conhecimento que denominamos de *identidades e tecnologias*, estão incluídos os saberes relativos à Psicologia Social que, na história dos GTs da ANPEPP, contribuem na constituição de categorias psicológicas que tomam os sujeitos de diferentes identidades e os tornam objeto de estudo. Por exemplo, quando os GTs começam a estudar a questão da mulher ou das crianças de rua, atrelada a essas marcas identitárias, observa-se a emergência das noções de história e política sobre o psicológico, criando-se uma ligação entre o psico e o social, por meio dos estudos dos aspectos individuais para um engajamento político. As mulheres, os jovens, os idosos, os músicos, os invasores urbanos, os negros, os operários, os estudantes, os eleitores, os trabalhadores, os empresários, os carentes, os linchadores, são exemplos de objetos de pesquisa da Psicologia Social. São sujeitos compreendidos, avaliados e transformados pelo crivo da ação política ou da participação, isto é, se são ativos e conscientes ou, ao contrário, se são alienados, passivos, omissos, dependentes em relação a essa nova condição de sujeito histórico político.

Essa perspectiva ganha outras nuances com a Psicologia Comunitária, que inclui uma dimensão ecológica sobre o sujeito psicológico, enquanto as Representações Sociais acercam da Psicologia Social objetos próximos da área médica, como o gago e o paciente canceroso, por meio da produção do sujeito cidadão e de direito. Na perspectiva das identidades, há intervenções e problematizações sobre a sexualidade, que ganham força nos GTs de gênero e feminino. Junto a esses saberes, configuram-se diferentes composições para o termo *subjetividade*, tanto em sua conceituação, individual, consciente, inconsciente, inter-relacional, social, histórica e discursiva, construída, produzida, etc., quanto nos modos e campos de intervenção sobre os indivíduos, ou seja, nos tipos de metodologias nessas intervenções.

Trazemos essa situação para dar visibilidade ao campo de forças entre as formações discursivas que se sustentaram e se legitimaram e aquelas que emergiram e se desfizeram na história da ANPEPP. Buscamos acentuar o caráter produtivo da Psicologia Social, ou seja, as próprias críticas e problematizações em relação às concepções psicológicas e sociais que conformam um conjunto de práticas e regimes de verdade sobre o sujeito da Psicologia Social. Entendemos que acompanhar a produção da Psicologia Social é perseguir os jogos de produção e desestabilização de determinadas verdades sobre os sujeitos e o corpo social que operam construindo modos de ser e estar no mundo. Fundamentamo-nos na forma como o filósofo Michel Foucault colocou a produção de saberes em análise, para percorrer os movimentos que a produção do conhecimento nesse campo vai realizar em torno de determinados temas, que passam a ser reconhecidos e legitimados como aqueles relacionados ou pertencentes à Psicologia Social. Trata-se de refletir sobre a mecânica de saber-poder das disciplinas que vão definir códigos e regras de normalização, os quais servirão de horizonte teórico e temático para a Psicologia Social e para a sociedade.

Esse aspecto também pode ser percebido no campo de produção de saber sobre *risco-vulnerabilidade*. Encontramos aí 11 GTs que focalizam a forma como a pobreza e a exclusão social são tomadas como objeto de estudo da Psicologia Social. Acompanhando-se as produções desses GTs, evidencia-se a afirmação do compromisso político desse campo, pautado pela busca de saberes que produzem transformações sociais. Com a emergência das populações de baixa renda como alvo de estudos, a

Psicologia Social, nesses GTs, propõe-se a conhecê-las, de maneira a dar visibilidade às injustiças sociais e a denunciá-las. Esse conhecer procura efetivar-se no sentido de reconhecer as diferenças produzidas no campo social e promover o respeito à alteridade. Entretanto, ao tomar essas populações como objeto de estudo, a Psicologia Social passa também a produzir verdades sobre esses sujeitos que objetiva descrever. Um dos efeitos desse movimento é a produção de saberes em torno de populações que passaram a ter seus modos de vida definidos como vulneráveis ou em situação de risco.

É a produção de conhecimento sobre *risco-vulnerabilidade* que vai embasar grande parte das discussões para constituição de políticas públicas e sociais, apresentadas como instrumentos de promoção de melhorias nas condições de vida. Observa-se uma ruptura na produção de saberes nessa área quando os focos de pesquisa deixam de ser os movimentos sociais e as lideranças comunitárias como atores de mudança e passam a reconhecer as políticas públicas como protagonistas nesse processo de transformação social. Esse deslocamento parece promover uma institucionalização dos movimentos sociais, isto é, diminui os estudos direcionados a esses grupos, em favor do foco nas práticas psicológicas produzidas em organizações governamentais e não-governamentais.

A proliferação de GTs focados não mais na construção de mudanças macropolíticas, mas nos processos de subjetivação como possibilidade de promoção de mudanças nos modos de vida e no campo social, marca outra ruptura na produção do conhecimento sobre *risco-vulnerabilidade*. Essa discussão é atravessada pelos efeitos de movimentos como a reforma psiquiátrica e a reforma sanitária. O enfoque no trabalho com os grandes movimentos sociais, que trouxeram essas reformas, é deslocado para ações e práticas mais específicas dentro de programas de políticas públicas.

O terceiro tema, os *processos de urbanização, globalização, industrialização, consumo, nomadismo e modos de vida*, mais uma vez evidencia que a história da Psicologia Social não pode ser tomada como unidade. Os movimentos que a Psicologia Social fez ao modificar seu modo de aproximação no social produziram questionamentos e saberes sobre os processos históricos, econômicos, políticos e culturais na sociedade brasileira, muito bem colocados nos resumos dos Grupos de Trabalho da ANPEPP que compuseram as análises no campo de produção de saberes sobre os processos urbanos. Entendemos que esses movimentos constituem uma Psicologia Social que não aborda o social como algo que ela deva transformar por meio de processos de conscientização, mas que o toma como produtor de subjetividades, como constituinte dos sujeitos. Mais do que uma mudança na concepção de Psicologia e do social, vemos uma mudança na própria concepção de subjetividade, que passa a ser discutida pelos GTs da ANPEPP. Há uma ampliação no número de GTs e de temáticas que se aproximam desse modo de problematização do social, a partir da discussão da insegurança e circulação nos grandes centros urbanos, envolvendo questões como a de risco e meio ambiente, globalização, novas tecnologias, reforma no modelo de atenção à saúde mental no Brasil e mudanças no capitalismo, entre outras. Os processos de urbanização transversalizam grande parte das discussões dos GTs no ano de 1998. No início dos anos 2000, evidencia-se a ampliação no número de GTs, de temáticas e de perspectivas teóricas e metodológicas que coincidem com esse modo de trabalho com o social, focado na produção de subjetividade, com algumas rupturas e continuidades até o último simpósio da ANPEPP, em 2010.

## **Histórias e descontinuidades**

---

As análises arqueogenealógicas enfatizam o caráter provisório e ao mesmo tempo transformador das produções discursivas, bem como refutam a ideia de uma história unificadora do desenvolvimento dos campos de saber. Assim, pelo trabalho aqui empreendido, talvez possamos responder à questão “por que seguimos estudando as perspectivas da Psicologia Social?”, afirmando que a permanência dessa



pergunta se relaciona à não-continuidade da Psicologia Social. Desse modo, à Psicologia Social, constantemente ressignificada, transmutada pelos processos históricos e políticos e conformada por novas formações discursivas, novamente impõe-se a questão sobre seus desafios e impasses – novos ou renovados desafios, que rompem com os caminhos percorridos e inserem novos elementos na história desse objeto chamado de Psicologia Social. Os desafios reformulam-se, portanto, na medida em que se produz o próprio objeto. Compreendemos que para esse processo não há saída, pois não há nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada para definir a essência ou a história da Psicologia Social.

Se a história da Psicologia Social brasileira movimentou-se em relação às heranças norte-americanas e europeias de metodologias experimentais e positivistas, seria necessário ainda avançar nas discussões epistemológicas sobre as dicotomias indivíduo x sociedade, sujeito x objeto, bem como produzir conhecimento que problematizasse a construção de um sujeito social, não apenas afirmando que toda psicologia é social. Entretanto, como dissemos no início deste texto, não nos interessou fazer uma narrativa histórica que afirmasse uma evolução nos paradigmas nesse campo de saber, e sim visibilizar o quanto a produção de conhecimento em Psicologia Social está inevitavelmente intrincada com os objetos de pesquisa e intervenção com os quais se envolve. Enfim, a partir do pensamento foucaultiano, é possível desfazer a ideia de que a Psicologia Social no Brasil estaria alheia aos próprios discursos e práticas que ela ora produz, ora pretende desconstituir.

## Referências

- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (2012). *Simpósios*. Acesso: 10/05/2012, Disponível em <http://www.anpepp.org.br/1-Acervo/pri-acervo.htm>
- Foucault, Michel (1979/2007). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, Michel (1969/2009). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Le Bon, Gustave (1895/2008). *Psicologia das Multidões*. São Paulo: Martins Fontes.
- Silva, Rosane Neves da (2005). *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

**Reconocimiento:** Debe reconocer y citar al autor original.

**No comercial.** No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

**Sin obras derivadas.** No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)